



DE 4 A 8 DE JUNHO DE 2018 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

■ ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 914/XIII](#)

Nova Lei de Bases da Saúde

Autoria: BE

[Proposta de Lei 136/XIII](#)

Altera o Código de Trabalho, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Autoria: Governo

■ AMBIENTE

[Decreto n.º 16/2018 - Diário da República n.º 107/2018, Série I de 2018-06-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Emenda ao Protocolo de Montreal, relativo às Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, adotada em Quigali, em 15 de outubro de 2016

 **COOPERAÇÃO ECONÓMICA**

[Decreto n.º 18/2018 - Diário da República n.º 109/2018, Série I de 2018-06-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre Cooperação Económica, assinado em Lisboa, em 18 de dezembro de 2017

 **CONCORRÊNCIA**

[Lei n.º 23/2018 - Diário da República n.º 107/2018, Série I de 2018-06-05](#)

Assembleia da República

Direito a indemnização por infração ao direito da concorrência, transpõe a Diretiva 2014/104/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia, e procede à primeira alteração à Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que aprova o novo regime jurídico da concorrência, e à quarta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, Lei de Organização do Sistema Judiciário

 **DIREITOS DE AUTOR**

[Lei n.º 22/2018 - Diário da República n.º 107/2018, Série I de 2018-06-05](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a descriminalizar a comunicação pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente passando esta a ilícito contraordenacional

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 3.º trimestre de 2018](#)

[Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 4/2018 – Prestação de informação sobre serviços mínimos bancários](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório de Estabilidade Financeira de junho de 2018](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Consulta pública sobre revisão do Regulamento da CMVM n.º 3/2007 relativo aos mercados regulamentados e sistemas de negociação multilateral](#)

[Consulta pública sobre projeto de Regulamento da CMVM relativo às sociedades de consultoria para investimento](#)

FISCAL

[Portaria n.º 166/2018 - Diário da República n.º 110/2018, Série I de 2018-06-08](#)

Finanças

Portaria que procede à alteração das instruções de preenchimento do anexo regularizações do campo 40 que fazem parte integrante da declaração periódica de IVA, aprovada pela Portaria n.º 221/2017

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2018 - Diário da República n.º 106/2018, Série I de 2018-06-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a Autoridade Tributária e Aduaneira a proceder à aquisição de um modelo de licenciamento empresarial para o software e serviços de suporte da sua infraestrutura

IMOBILIÁRIO

[Decreto-Lei n.º 37/2018 - Diário da República n.º 106/2018, Série I de 2018-06-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação

INCLUSÃO SOCIAL

[Portaria n.º 162/2018 - Diário da República n.º 109/2018, Série I de 2018-06-07](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que estabelece normas de execução do Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, que institui a prestação social para a inclusão, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro

 **JUSTIÇA**

[Portaria n.º 161/2018 - Diário da República n.º 108/2018, Série I de 2018-06-06](#)

Justiça e Saúde

Fixa os marcadores de ADN a integrar no ficheiro de perfis de ADN constante da base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal, criada pela Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, revogando a Portaria n.º 270/2009, de 17 de março

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 242/2018 - Diário da República n.º 109/2018, Série I de 2018-06-07](#)

Tribunal Constitucional

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 7.º, n.º 3, Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, na redação dada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto, na parte em que recusa proteção jurídica a pessoas coletivas com fins lucrativos, sem consideração pela concreta situação económica das mesmas, por violação do artigo 20.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa

 **SIMPLEX**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2018 - Diário da República n.º 110/2018, Série I de 2018-06-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece como definitivo o modelo de avaliação prévia de impacto legislativo «Custa Quanto?»

 **TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[ANACOM aprovou o nível de detalhe e informação das faturas a disponibilizar gratuitamente a pedido dos assinantes](#)

Sentido provável de decisão aprovado a 01.06.2018.

[Atividade Internacional - atualização da informação](#)

Informação atualizada sobre a presença da ANACOM em encontros internacionais do BERECE, CEPT, ERGP, EUTELSAT, UE, UIT e no âmbito da cooperação bilateral.

 **TRABALHO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2018 - Diário da República n.º 108/2018, Série I de 2018-06-06](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Programa de ação para combater a precariedade e promover a negociação coletiva

[Portaria n.º 160/2018 - Diário da República n.º 108/2018, Série I de 2018-06-06](#)
Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, e respetivas majorações e do subsídio de funeral

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 30 DE MAIO DE 2018

[O Conselho de Ministros aprovou, entre outros, o seguinte:](#)

1. O decreto-lei relativo ao Código das Associações Mutualistas.

A nova realidade social e organizacional e as crescentes exigências técnicas e financeiras impõem, pois, a revogação do anterior regime e a aprovação de um novo Código, por forma a dotar o movimento mutualista português de um suporte jurídico que permita a sua modernização e desenvolvimento.

Entre outras medidas, o Código passa a sujeitar ao regime de supervisão as associações mutualistas cujo volume bruto anual de quotas das modalidades de benefícios de segurança social geridas em regime de capitalização exceda 5 milhões de euros e o valor total bruto dos fundos associados ao respetivo financiamento exceda 25 milhões de euros. A supervisão financeira destas entidades compete à ASF, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo estabelecido um período transitório de 12 anos.

Pretende-se com o novo regime reforçar a proteção dos consumidores e a garantia do equilíbrio económico e financeiro das instituições e confiança no sector.

2. Foi aprovado o decreto-lei que consagra o Estatuto da Pequena Agricultura Familiar.

3. Foi aprovada a proposta de lei que altera o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, assim como o respetivo quadro de sanções, transpondo a Diretiva UE 2016/97.

Com a presente iniciativa, o Governo propõe à Assembleia da República a aprovação de uma regulamentação mais eficiente para o acesso e o exercício da atividade de distribuição de seguros e resseguros, tendo especialmente em vista a proteção do cliente. Entre as medidas previstas inclui-se a obrigação de as empresas e mediadores de seguros prestarem mais e melhor informação pré-contratual ao cliente e novas regras para reduzir práticas comerciais inadequadas.

4. Foi objeto de aprovação final a resolução que implementa o IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

[Diretiva \(UE\) 2018/822 do Conselho, de 25 de maio de 2018, que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade em relação aos mecanismos transfronteiriços a comunicar](#)

[Regulamento \(UE\) 2018/825 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera o Regulamento \(UE\) 2016/1036 relativo à defesa contra as importações objeto de *dumping* dos países não membros da União Europeia e o Regulamento \(UE\) 2016/1037 relativo à defesa contra as importações que são objeto de subvenções de países não membros da União Europeia](#)

[Regulamento de Execução \(UE\) 2018/815 da Comissão, de 1 de junho de 2018, relativo à prorrogação dos períodos de transição relacionados com os requisitos de fundos próprios para posições em risco sobre contrapartes centrais previstos nos Regulamentos \(UE\) n.o 575/2013 e \(UE\) n.o 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

[Regulamento n.o 51 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa \(UNECE\) — Disposições uniformes para a homologação de veículos a motor com pelo menos quatro rodas no que respeita às suas emissões sonoras \[2018/798\]](#)

COMUNICADOS DE IMPRENSA

[Orçamento da UE: reforço da cooperação entre as autoridades fiscais e aduaneiras para uma UE mais próspera e mais segura](#)

[Defesa comercial da UE: entrada em vigor de regras mais sólidas e eficazes](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017 - 2011